

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

(Em milhões de reais - R\$)	Consolidado				
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos, ferramentais, instalações e outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.868	5.393	4.598	241	12.099
Adições	4	673	619	295	1.591
Baixas	(7)	(6)	(395)	(5)	(413)
Transferências	91	94	47	(232)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.956	6.154	4.869	299	13.277
Adições	3	779	620	260	1.662
Baixas	(9)	(37)	(99)	-	(136)
Transferências	33	17	31	(440)	(361)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.992	6.913	5.419	119	14.442
Depreciação e impairment					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(1.562)	(2.620)	-	(4.182)
Adições	-	(147)	(386)	-	(533)
Baixas	-	7	371	-	378
Transferências	-	2	(7)	-	-
Provisão para valor recuperável	-	-	(1)	-	(1)
Baixa de provisão para valor recuperável	-	2	5	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(1.698)	(2.638)	-	(4.336)
Adições	-	(174)	(431)	-	(606)
Adições - Impairment	-	(12)	(17)	-	(29)
Baixas	-	9	82	-	91
Transferências	-	28	-	-	28
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(1.841)	(3.004)	-	(4.845)
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2016	1.868	3.831	1.978	241	7.917
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.956	4.456	2.231	299	8.941
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.992	5.072	2.415	119	9.597

A Companhia identificou a necessidade de registro de provisão para impairment de determinados ativos imobilizados de suas controladas no montante de R\$26 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$1 milhão em 31 de dezembro de 2016). Referido montante foi contabilizado na linha de outras receitas (despesas).

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia, devida a transferência para a esfera judicial do processo de dedutibilidade de amortização de ativo da sua controladora (Nota 18.5.1.). Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía R\$2.480 milhões de bens em garantia, sendo R\$2.464 milhões correlacionado ao processo tributário acerca da não dedutibilidade do ativo (Nota 18.5.1.).

Nota 14: Intangível

Políticas contábeis

Ágio
O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo foi registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - *Combinações de Negócios* pelo Grupo, e baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade). De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - *Redução do Valor Recuperável de Ativos*, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperado pelo método descrito na Nota 14.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4). Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incididos.

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ágio, líquido	1.390	1.390	1.823	1.823	1.390	1.390	1.823	1.823
Software	14	12	331	223	14	12	331	223
Fundos de comércio e outros ativos intangíveis	-	-	73	45	-	-	73	45
Intangível em andamento	-	-	9	75	-	-	9	75
Saldo líquido, líquido	1.404	1.402	2.236	2.166	1.404	1.402	2.236	2.166

Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

Atacado (a)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valor líquido	1.390	1.390	1.390	1.390
Depreciação	(433)	(433)	(433)	(433)
Total	1.390	1.390	1.390	1.390

(a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia por meio de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil patrimonial líquido da Companhia na data de aquisição no montante de R\$453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R\$2.233 milhões, subseqüentemente ajustado para R\$2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R\$1.702 milhões nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R\$1.390 milhões.

Nota 14.2. Intangível e ágio

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora			Total
	Ágio	Software	Intangível em andamento	
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.702	29	1.731	
Adições	-	6	6	6
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.702	35	1.737	
Adições	-	6	6	6
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.702	41	1.743	
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(312)	(20)	(332)	
Adições	-	(3)	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(312)	(23)	(335)	
Adições	(312)	(4)	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(624)	(27)	(651)	
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2016	1.390	9	1.399	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.390	12	1.402	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.390	14	1.404	

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora			Total
	Ágio	Software	Intangível em andamento	
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.284	812	85	66
Adições	-	98	5	63
Baixas	-	(53)	1	(54)
Transferências	3.284	963	91	75
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.284	963	91	4.138
Adições	-	134	38	172
Baixas	-	(1)	(1)	(2)
Transferências	-	61	(61)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.284	1.127	91	52
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.461)	(690)	(43)	-
Adições	-	(50)	(3)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.461)	(740)	(46)	-
Adições	-	(68)	(3)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.461)	(808)	(49)	-
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2016	1.823	122	42	66
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.823	224	45	75
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.823	319	42	52

Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - *Redução do Valor Recuperável de Ativos (Impairment)*, os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o maior entre o seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por impairment é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuído à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (impairment) no ágio.

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado. De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - *Informação por segmento*.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimado baseados em compromissos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração. A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica.

Testes adicionais são executados ao fim do período interno quando existe uma indicação de impairment. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de impairment interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Excludente (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) ajustado à rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o forecast mais recente;
- indicador de impairment externo: um aumento significativo da taxa de desconto e/ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interno.

Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacado e Varejo) que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da

contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 3 anos considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetadas de 2018 a 2020 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
- Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
- Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;
- Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- Adição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico e manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 12,7% a.a em 31 de dezembro de 2017 (13,6% a.a em 31 de dezembro de 2016); e
- Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 4,4% a.a em 31 de dezembro de 2017 (4,8% a.a em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia efetuou os testes de impairment de ágio, com data base em 31 de dezembro de 2017, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "impairment", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

Análise de sensibilidade:

Os testes de impairment em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de acordo com a IAS 36/CPC 01 - *Redução do Valor Recuperável de Ativos*. As taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital WACC) aplicadas para fins de teste de impairment em 2017 e 2016 são apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto antes dos impostos	12,70%	13,60%
Varejo	12,70%	4,4%
Atacado	12,70%	13,60%

A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes com data-base em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

Nota 15: Propriedade Arrendada

Políticas contábeis

Arrendamentos

Os novos arrendamentos de longo prazo - particularmente os arrendamentos imobiliários - são analisados de acordo com o CPC 06 (IAS 17) - *Operações de Arrendamento Imobiliário*, para determinar se representam arrendamentos operacionais ou financeiros, isto é, arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo ao locatário. Para arrendamentos de imóveis, a análise é realizada separadamente para os terrenos por um lado, e as edificações, por outro.

Os arrendamentos financeiros são contabilizados da seguinte forma:

- Os ativos arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Eles são depreciados ao longo de sua vida útil, da mesma forma como ativos propriedade definitiva, ou, se menor, durante o prazo de locação.
- Passivo por pagamentos de arrendamentos financeiros futuros é reconhecido no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos não circulantes" e "Empréstimos circulantes" (Nota 27.3).
- Os pagamentos de locação são divididos entre os encargos financeiros e a redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos mercantis que não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o locatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado (como "despesas de vendas, gerais e administrativas - aluguéis de imóveis") de forma linear ao longo da vida do contrato de locação (Nota 15.2).

Todos os arrendamentos de propriedade arrendada são revisados para determinar se eles são arrendamentos operacionais ou financeiros.

Nota 15.1. Arrendamentos mercantis financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possuiu mais contratos de arrendamentos mercantis financeiros com terceiros. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Carrefour possuía arrendamento mínimo futuro de R\$186 mil.

Nota 15.2. Arrendamentos mercantis operacionais

Grupo como arrendatário
O Grupo possui contratos de locação firmados com terceiros, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadraram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os referidos contratos possuem prazos de validade entre 5 e 20 anos, podendo ser renovados contratualmente e automaticamente pelo mesmo período. Até 31 de dezembro de 2017 foram pagas na controladora R\$54 milhões (R\$74 milhões até 31 de dezembro de 2016) e no consolidado R\$243 milhões (R\$225 milhões até 31 de dezembro de 2016) a título de arrendamento operacional.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais:

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dentro de 1 ano	69	86	273	340
De 1 a 5 anos	206	233	788	745
Acima de 5 anos	300	303	716	600
Grupo como arrendatário	575	622	1.777	1.685

Grupo como arrendador
A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(Em milhões de reais - R\$)	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Dentro de 1 ano	143	167
De 1 a 5 anos	323	329
Acima de 5 anos	1	8
Grupo como arrendador	467	504

Nota 16: Fornecedores

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificadas na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IAS 39) - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (Nota 27.1). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores mercadorias	5.877	5.179		